

Correntes lingüísticas: notas sobre o formalismo e o funcionalismo

Leilane Ramos da Silva²

Introdução

Costuma-se afirmar, nos compêndios dedicados aos estudos da linguagem, que o pensamento lingüístico ocidental é representado, basicamente, por dois grandes pólos de atenção: o Formalismo e o Funcionalismo. Mas, o que representam essas abordagens? Em que elas se diferenciam? Quais seus principais representantes? Qual a importância de cada uma delas no rol dos estudos lingüísticos? O presente artigo procura elucidar, ainda que de forma sucinta, essas questões, a partir da observação das diretrizes teórico-metodológicas compreendidas por essas abordagens para o desenvolvimento dos estudos lingüísticos atuais.

² Doutora em Lingüística e Língua Portuguesa (UFPB). Professora Adjunto I de Lingüística da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho.

1 - Formalismo e funcionalismo: em busca de definições

De um modo geral, pode-se dizer que o Formalismo consiste numa abordagem cujo foco incide tão somente na observação e descrição das características estruturais das línguas, desconsiderando suas possíveis funções. Já o Funcionalismo consiste em qualquer abordagem lingüística que dá importância aos propósitos inerentes ao emprego da linguagem.

Conforme salienta Neves (1997), para o Formalismo, a análise da forma lingüística parece ser primária, enquanto que, para o Funcionalismo, a função das formas lingüísticas ocupa um lugar especial na análise.

Apresentada essa distinção inicial, convém, agora, esmiuçar alguns dos principais parâmetros freqüentemente destacados como relativos a essas correntes. Nesse sentido, julga-se oportuno realçar, aqui, a especificação de oito tópicos de confronto entre esses dois paradigmas (Paradigma Formal = PFO; Paradigma Funcional = PFU) apresentada em Dik (1989 apud NEVES, 1997):

1) A definição de língua:

PFO = conjunto de orações; PFU = instrumento de interação social;

2) Função da língua:

PFO = expressão de pensamentos; PFU = comunicação;

3) Correlato psicológico:

PFO = competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações; PFU = competência comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua;

4) O sistema e seu uso:

PFO = O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação;
PFU = O estudo do sistema deve ser feito dentro do quadro do uso;

5) Língua e contexto/situação:

PFO= as orações da língua devem ser descritas independentemente do contexto/situação; PFU= a descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto;

6) Aquisição da linguagem:

PFO= ocorre a partir do uso de propriedades inatas, baseando-se em um *input* não estruturado de dados; PFU= faz-se com a ajuda de um *input* extenso e estruturado de dados apresentado num contexto natural;

7) Universais lingüísticos:

PFO= propriedades inatas do organismo humano; PFU= explicam-se em função de restrições de natureza comunicativa, biológica ou psicológica e contextual;

8) Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática:

PFO= a sintaxe é autônoma em relação à semântica e ambas o são em relação à pragmática. Dessa forma, as propriedades vão da sintaxe à pragmática, via semântica; PFU= a pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas. Logo, as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Em síntese, a consideração desses tópicos por Dik (1989 apud NEVES, 1997) evidencia a sua concepção de que o Paradigma Formal entende a língua natural como um sistema abstrato e autônomo em relação ao contexto de uso e o Paradigma Funcional considera que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas têm propriedades determinadas pragmaticamente, no circuito da interação verbal humana.

Outros autores, a exemplo de Halliday (1985), assinalam que a oposição entre essas duas abordagens relaciona-se ao tipo de orientação que cada uma segue.

Assim, para o referido estudioso, o Formalismo assenta-se na lógica e na filosofia e se caracteriza por uma orientação primariamente sintagmática. Por isso, suas gramáticas interpretam a língua como um conjunto de estruturas onde podem ser firmadas, num segundo passo, relações regulares. Ancoradas nessa concepção, tendem a enfatizar os traços universais da língua, creditando à sintaxe a centralidade dos estudos lingüísticos. Por extensão, organizam a língua em torno da frase. Ou seja, são gramáticas arbitrárias.

No que tange ao Funcionalismo, Halliday (1985) afirma ser esta abordagem assentada na retórica e na etnografia, com orientação paradigmática. Logo, as gramáticas funcionais concebem a língua como uma rede de relações, enfatizando as variações entre diferentes línguas, considerando a semântica como base de análise e organizando-a em função do texto ou discurso.

Borges Neto (2004), no entanto, ao considerar que os estudos formalistas estão atrelados ao entendimento dos fatos lingüísticos enquanto manifestações de um “objeto” de natureza autônoma, válida que é possível desenvolver uma semântica, uma sociolingüística e até uma pragmática formalista. A propósito, eis as palavras do autor:

Os formalistas estudam as línguas naturais para entendê-las enquanto uma linguagem, isto é, enquanto um conjunto de formas que se relacionam entre si numa sintaxe, que se relacionam com objetos do mundo (mundo “objetivo” ou mundo “mental”) numa semântica, e que servem para que os falantes “digam coisas”, expressem seus “significados” (pragmática). Algumas teorias restringem-se aos aspectos sintáticos (teoria chomskyana, por exemplo), outras abordam também os aspectos semânticos e pragmáticos. O que

as reúne sob o rótulo de “formalistas” nada tem a ver com essa delimitação de domínio, mas tem a ver com a compreensão dos fatos lingüísticos enquanto manifestações de um “objeto” autônomo, que preexiste a esses fatos (seja como um objeto “mental”, como quer Chomsky; seja como um objeto “abstrato”, de natureza matemática, como quer Montague), que é a linguagem humana. Assim, desde que assumida essa perspectiva, é possível uma semântica, uma pragmática, uma sociolingüística ou uma psicolingüística funcionalista. (BORGES NETO, 2004a, p. 85)

Ainda segundo Borges Neto (2004, p. 86), a questão básica inerente a essas posições é saber

se é a forma da língua (caracterizada pela abordagem formalista) que determina sua função (ou suas funções) ou se são os usos da língua (caracterizados pela abordagem funcionalista) que determinam sua forma. De fato, uma versão da “problemática ovo/galinha”.

Reflexões filosóficas à parte, cabe destacar alguns dos principais modelos de gramáticas desenvolvidas em uma ou outra corrente de pensamento. Eis, então.

2 Os modelos de abordagem gramatical: tipos, seguidores

2.1 As abordagens formais da gramática

Entre as abordagens formais da gramática, pode-se colocar em evidência: a) o Estruturalismo (Europeu e Americano); b) o

Gerativismo. Isso porque tais abordagens não consideram o contexto de uso das manifestações lingüísticas, tampouco as relações com os falantes que as enunciam (seus propósitos, os atos interacionais e institucionais que ativam, sua classe social, sexo, idade, nível de escolarização) ou o processamento cognitivo que lhe é inerente (cf. VASCONCELOS, 2002).

Grosso modo, o Estruturalismo Europeu é governado por dois princípios centrais: o da *estrutura* e o da *autonomia*.

O primeiro “o da *estrutura*” reporta aos elementos que compõem uma língua, caracterizados em virtude da organização global de que fazem parte. Sob esse prisma, fazer ciência da linguagem é postular e, simultaneamente, elucidar as estruturas sistêmicas inerentes aos enunciados. Cada unidade é sistêmica e, portanto, só pode ser identificada em seu interior. Eis um dos focos da perspectiva saussuriana.

Já o segundo princípio “o da *autonomia*” valida a idéia de que uma determinada língua, enquanto representação estrutural ou sistêmica, é original e não se constitui a partir de fatos externos. Ou seja, os signos lingüísticos são definidos em função de suas relações internas e não pelas propriedades do mundo, tampouco pelas especificidades subjacentes aos falantes. Logo, é um sistema autônomo e, claro, estrutural.

Conforme salienta Borges Neto (2004b, p. 102):

Com a assunção do princípio da autonomia, Saussure opõe sua teoria da linguagem a tudo o que se faz anteriormente na área. Com Saussure a lingüística cria ponto de vista próprio, “interno”, não subordinado ao de outras áreas do conhecimento; o estudo da linguagem passa a ser um objetivo em si mesmo e não mais uma prática ancilar da crítica literária (como foi nos estudos greco-latinos e nos

estudos filológicos) ou da lógica (como ocorreu no fim da Idade Média e nos séculos XVII e XVIII). Conjugando o princípio da autonomia com o princípio da estrutura, Saussure se opõe aos estudos histórico-comparativos do século XIX, mostrando que não há possibilidades de se fazer um estudo histórico sério se o lingüista se ocupar de meras “porções” da língua. A língua é um sistema e, na verdade, é o que próprio sistema que muda e que é história. Assim, o estudo autônomo do sistema (lingüística sincrônica) é condição lógica para o estudo de sua história (diacrônica).

Entre as noções mais fecundas subjacentes ao Estruturalismo Europeu está a da dupla articulação da linguagem, apontada por Martinet. Segundo o estudioso francês, a primeira dessas é representada pelas unidades significativas, chamadas de monemas (morfemas ou signos mínimos). Corresponde ao campo da Morfologia; a segunda é caracterizada pelos fonemas, entendidos como unidades mínimas não dotadas de significado. Trata-se da Fonologia.

Paralelamente, os estruturalistas americanos, em sendo positivistas, ou seja, crentes na idéia de que a ciência só pode se basear em dados passíveis de observação, recusam o significado na descrição dos padrões combinatórios da língua. Aos poucos, perceberam que era impossível captar as regularidades da língua priorizando tão somente as combinações de fonemas. Então, passaram a postular que os padrões combinatórios (estruturais) da língua estão divididos em dois níveis: um descrito diretamente a partir dos fonemas e outro descrito a partir da combinação desses fonemas - os morfemas. Nesse sentido, a gramática representa o estudo apenas desse segundo nível (Cf. VASCONCELOS, 2002).

Para Borges Neto (2004b, p. 104):

Embora não se possa negar que os lingüistas americanos do início do século lessem Saussure, nem que conhecessem o pensamento europeu da época (inclusive porque muitos deles eram imigrantes europeus), as origens do estruturalismo americano são, praticamente, independentes do estruturalismo europeu.

Sem sombra de dúvidas, é Leonard Bloomfield o lingüista de maior destaque do estruturalismo americano até meados do século XX e sua principal tese reporta à conjunção dos níveis estruturais de análise, com ênfase nos níveis fonológico e morfológico, respectivamente.

Genericamente, diz-se que é uma corrente centrada nos “procedimentos de descoberta”, no sentido de priorizar uma aplicação que tivesse como resultado a apreensão dos fatos de língua. Isso porque,

Para estabelecer as estruturas fonológica e morfológica de uma língua, o lingüista devia, em primeiro lugar, estabelecer quais seriam os fonemas e os morfemas da língua, pela segmentação e classificação do material concreto de fala obtido pelo registro de um *corpus*. Identificados os fonemas e os morfemas, o lingüista devia ver quais eram as combinações de fonemas e os morfemas possíveis e como os morfemas eram obtidos a partir dos fonemas. O estudo de unidades maiores do que o morfema (palavras e sentenças, por exemplo), embora não fosse feito por causa das dificuldades de se obterem definições claras, era considerada uma tarefa “desejável”³ e, se feito, deveria seguir um procedimento semelhante ao da análise dos níveis inferiores. (BORGES NETO, 2004, p. 105).

³ Grifos do autor

Por essas e outras razões, Vasconcellos (2002, p. 24) afirma que a palavra-chave para entender esse tipo de trabalho é *padrão combinatório*. Nesse sentido, destaca como hipóteses de base:

- a) há combinações de elementos lingüísticos que são possíveis na língua e outros que não;
- b) pode-se fazer uma descrição econômica do que é ou não possível tomando-se como base não as próprias unidades lingüísticas, mas suas classes: as unidades de uma dada classe podem combinar-se com as de outra classe para formar um certo tipo de construção, mas não com os membros de uma terceira classe por exemplo, um artigo pode combinar-se com um substantivo comum para formar um sintagma nominal, mas não com um verbo; um sintagma nominal pode combinar-se com um sintagma verbal para formar uma oração, mas não com um sintagma adverbial;
- c) na mesma posição ocupada por uma determinada unidade na construção, poderiam aparecer outras unidades da mesma classe por exemplo, no mesmo lugar estrutural ocupado pelo sintagma nominal *O menino* na oração *O menino não veio* poderia aparecer uma infinidade de expressões como *O homem*, *O filho de Maria*, *Pedro*, *Aquele rapaz que esteve ontem*, que são, todas elas, sintagmas nominais de diferentes graus de complexidade. Depreender a estrutura das línguas, nesses termos, seria determinar não só as unidades, mas sobretudo as classes das unidades e os tipos de construções existentes na língua.

Apesar de apresentarem algumas divergências, como a exigência mecanicista do estruturalismo americano de um tipo especial caracterizado como “objetividade”, ambas as formas de estruturalismo são comumente caracterizadas como integrantes de uma Lingüística Taxonômica, porque sustentadas e, ao mesmo tempo, determinadoras de classificações as mais diversas.

Quanto à outra forma de abordagem formal destacada outra “ a *gramática gerativa* “ , cumpre registrar o método mecanicista que a caracteriza, a metáfora do computador, por assim dizer.

Como se sabe, de acordo com os seus princípios elementares, a gramática representa um conjunto de regras que regem os padrões das sentenças realizáveis numa língua, ou seja, algo que está internalizado nos falantes, uma gramática internalizada. Nesse sentido, os homens viriam geneticamente dotados de uma Gramática Universal.

Aludindo, mais uma vez, às palavras de Vasconcelos (2002, p. 27-28), vale ressaltar:

Essa metáfora do computador é própria da Gramática Gerativa, em especial na sua fase inicial. A idéia subjacente a ela é a de que um certo elenco de símbolos, que são, sobretudo, mas não somente, símbolos referentes ao que chamamos de palavras, estendidos também a classes de sintagmas, mas sem definições a priori dessas classes. Eis um exemplo: SN Ò Art +N, regra que pode ser lida como sintagma nominal, pode ser reescrita como um artigo mais um nome. O Léxico seria um componente de entrada, que lista os elementos que podem ser associados a cada um desses símbolos “ permitindo que a estrutura abstrata formada apenas pelos símbolos originados na aplicação sucessiva das regras seja substituída por uma seqüência de itens

lexicais concretos, inseridos naquela estrutura por outro tipo de regra, chamada regra de inserção lexical. A saída do programa seriam as possíveis frases de acordo com aquele sistema “isto é, as frases gramaticais naquela língua, nesse sentido técnico da palavra gramatical, que nada tem a ver com a idéia de certo ou errado. Por isso é dito que o programa é capaz de determinar frases daquela língua, ou seja, de definir quando uma dada seqüência é ou não uma frase da língua. Também seria capaz de descrever essas frases, isto é, de lhes atribuir determinada estrutura de partes de dadas classes, concebida nos termos das regras aplicáveis em sua geração.

As observações da autora, de certa forma, são endossadas por Trask (2004), à medida que este entende que “uma gramática gerativa não pensa; uma vez construída, dispensa as ações humanas” (2004, p. 27). Para o autor, as várias fases do Gerativismo são marcadas pela centralidade da Sintaxe e pela capacidade gerativa, reiterando-se, aqui, a idéia de que “quanto maior o número de tipos de fatos diferentes de que a gramática pode tratar com sucesso, maior a capacidade gerativa dessa gramática” (2004, p. 127).

Ainda conforme o autor, todos os tipos de gramática gerativa podem ser dispostos em hierarquia, das mais fracas às mais fortes. Tal ordenação é caracterizada, na literatura lingüística pertinente, como ‘hierarquia de Chomsky’, já que este representa o mentor da Teoria. Duas das mais importantes dessas classes são a *sintagmática* e a *gramática transformacional*.

Da observação dessas particularidades da gramática gerativa, advém uma lógica subjacente: a escolha de uma abordagem funcional decorre do desejo que os gerativistas têm de que a gramática seja a representação do conhecimento lingüístico dos falantes, baseado

na Gramática Universal. Dessa forma, é mais do que evidente a adoção de uma abordagem formal de gramática, pois o casamento dos princípios gerativistas expostos com as noções de relação, função ou significado certamente não confirmaria suas expectativas em relação aos fatos de língua. O que significa dizer, entre outras coisas, que o tratamento formal oferece, para a perspectiva gerativista, o estabelecimento de hipóteses explícitas e mais facilmente comprováveis. No fundamental, como dito outrora, tanto o Estruturalismo quanto o Gerativismo não extrapolam os limites das sentenças, limitando-se à descrição hierárquica dos constituintes de determinadas classe e de propriedades eminentemente gramaticais, como número, gênero, pessoa, caso, etc. Nesse sentido, ignoram os mecanismos de coesão de um texto, os padrões de significação que um texto comporta, as sutis impropriedades dos diferentes gêneros discursivos, por assim dizer⁴.

Quanto aos principais teóricos formalistas, é comum a referência aos nomes de Chomsky, Bloomfield, Z. Harris e outros. No Brasil, é possível destacar, entre outros, os nomes de Carlos Mioto e Roberta Pires, ambos da UFSC.

Expostas algumas características de abordagens formais da gramática e alguns dos nomes importantes na difusão dos estudos formalistas, seguem comentários acerca dos modelos funcionais.

2.2 As abordagens funcionais da gramática

Retrospectivamente falando, há de se considerar que o alargamento recente da Lingüística demonstra um passo acelerado e sucessivo de mudanças significativas na definição de seus pontos de

⁴ Como lembra Vasconcellos (2002), mesmo quando tentam focalizar a semântica, as abordagens formais tendem a um enfoque estrutural. Para ilustrar, a autora registra que tanto os estudos da semântica lexical como os da semântica sentencial reportam aos significados das palavras e das frases como independentes de qualquer contexto, textual ou situacional.

vista. Como endossa Pezatti (2004), até o final dos anos de 1970 houve a predominância do modelo teórico padrão da Gramática Transformacional “que não parecia possível trabalhar a sintaxe de uma língua fora de seus parâmetros de investigação, ainda que para muitos pesquisadores chamava a atenção o enfoque excessivamente formalista dessa tendência”. (PEZATTI, 2004, p. 166). No entanto,

Aos poucos, a desconsideração da teoria gerativa por questões discursivas provocou na lingüística uma reação generalizada que desencadeou o surgimento de várias tendências, como a Sociolingüística, a Lingüística Textual, Análise do Discurso, a Análise da Conversação, entre outras. A teoria funcionalista é uma dessas tendências, mas é ilusório pensar que, como elas, seu surgimento tenha sido recente. O que houve, na realidade, foi uma reatualização de seus princípios. O paradigma funcional ostenta, na verdade, uma história quase tão longa quanto a do paradigma formal, incluindo neste o estruturalismo saussuriano.

A par dessa discussão, o termo “funcional” vem sendo comumente referido a um amplo conjunto de modelos teóricos e, nesse sentido, diz-se que é impossível a existência de uma teoria única sob essa rubrica. Muitos autores entendem, respondendo ao que há de comum a essas teorias, que a única concordância delas seria a recusa aos princípios gerativistas. Sobre esse peculiar, há de se apelar, aqui, mais uma vez, à voz de Pezatti (2004, p. 167):

Uma resposta desse tipo, no entanto, é equivocada, pois, além de dar à figura individual de Chomsky importância excessiva na área da lingüística

formalista, não faz jus à investigação funcionalista, uma vez que esse modo de pesquisa já existia antes mesmo do surgimento da teoria gerativista no final dos anos de 1950, com a Perspectiva Funcional da Sentença do Círculo Lingüístico de Praga. Além do mais, esse tipo de afirmação, ao enfatizar exageradamente a recusa às explicações formalistas, retira da corrente funcionalista o que lhe é mais caro: em primeiro lugar, a concepção de linguagem como instrumento de comunicação e de interação social e, em segundo lugar, o estabelecimento de um objeto de estudos baseados no uso real, o que significa não admitir separações entre sistema e uso, tal como preconizam tanto o estruturalismo saussuriano, como a distinção entre língua e fala, quanto a teoria gerativa, com a distinção entre competência e performance.

Para reiterar as palavras da autora, parece oportuno reafirmar que o Funcionalismo concebe a linguagem, prioritariamente, como instrumento de interação social, validado pelos falantes com o objetivo principal de transmitir informações aos interlocutores em geral. Trocando em miúdos, quando se fala em Funcionalismo, insiste-se, sobretudo, na idéia de uma análise lingüística que considera metodologicamente o componente discursivo, dada a sua função prioritária na gramática de uma língua.

Considerada a amplitude dessa definição um tanto quanto enciclopédica, considera-se lúcido marcar a distinção feita por Vasconcellos (2002) entre abordagens *funcionais* e *funcionalistas* da linguagem. Para a autora, *funcional* é a abordagem típica do Funcionalismo Clássico, uma das subcorrentes do Estruturalismo Europeu, e *funcionalistas* remete a um conjunto de correntes da atualidade, que não representam um teoria determinada, mas se caracteri-

zam pela recorrência a alguns princípios e temas. Teriam se originado no Funcionalismo Clássico, mas alargaram seus horizontes gradativamente.

Nesse sentido, a denominação de “Funcionalismo Clássico” é decorrente da relevância que os conceitos de função e funcionamento receberam dos representantes da Escola de Praga, notadamente a de Bühler, que instituiu um dos primeiros modelos de “funções da linguagem”. Aliás, conforme aponta Neves (1997), os mais significativos desenvolvimentos do Funcionalismo estão ligados às concepções da Escola de Praga.

Genericamente, seus representantes enxergam que a função primária das línguas é garantir a comunicação. Logo, comungam da idéia de que a função é a essência das estruturas. A bem da verdade, esse entendimento fez surgir um postulado comum às tendências funcionalistas atuais: a de que a língua é sujeita às transformações, em função das pressões de uso.

Não fosse apenas isso, Vasconcellos (2002) advoga que o Funcionalismo Clássico antecipou muitos dos temas hoje explorados pelas abordagens funcionalistas, como os diferentes estatutos informacionais das partes das sentenças e as questões inerentes ao processamento cognitivo do discurso sobre as mudanças lingüísticas. De qualquer forma, para a autora, o Funcionalismo Clássico é ainda uma Lingüística da Língua, do Sistema, pois, na maioria das vezes, as funções propostas para as unidades e/ou mecanismos da língua são estritamente internas, a exemplo da função distintiva dos fonemas.

As correntes funcionalistas atuais, por sua vez, cada vez com mais veemência, enfatizam as características inerentes ao emprego das expressões lingüísticas no discurso, abrangendo fenômenos interacionais, sociais e culturais, cognitivos e outros.

Como dito antes, tais abordagens são mais difíceis de serem definidas, porque representam um conjunto de teorizações parti-

lhadas e não apenas uma teoria. Mas, grosso modo, diz-se que são regidas pelo princípio da *não autonomia*. Daí a ampliação do objeto de estudo da Lingüística, com a inclusão de pesquisas voltadas para o estatuto das expressões lingüísticas inseridas no discurso, como os decorrentes trabalhos sobre a perspectiva funcional das sentenças, as noções de “dado” e “novo”, o conceito de tópico, os aspectos psicológicos associados ao processamento da fala e outros. Dito de outro modo, a atenção se volta, principalmente, para as ações realizadas na linguagem.

Entre os pontos comuns a essas abordagens reside o entendimento de que existe uma relação não-arbitrária entre a língua e suas regularidades, uma insistência naquilo que se convencionou chamar de “hipótese da iconicidade”, ou seja, a idéia de que há correspondência sistemática entre a forma lingüística e seu conteúdo. A propósito,

Para a perspectiva funcionalista, há uma relação não-arbitrária entre a estrutura da língua e suas regularidades, explicadas a partir da maneira como os falantes se comunicam. As estruturas das expressões estão a serviço de algumas funções como a ideacional, a interpessoal e a textual (Halliday, 1978). Essas funções dizem respeito ao modo e organização do discurso em determinado contexto discursivo (função textual), ao modo como o falante organiza a experiência sobre o mundo (ideacional) e ao modo como se dá a interação entre falante e ouvinte e outros fatores da situação de interação (interpessoal). De acordo com o funcionalismo, as estruturas das expressões lingüísticas são configurações de funções, cada qual tendo uma significação na sentença. (PEZATTI, 2004, p. 198).

Outros aspectos caros dizem respeito aos interesses relativos ao fenômeno da gramaticalização, processo segundo o qual algumas formas lingüísticas assumem, em decorrência do uso, funções mais gramaticais⁵. Tais funções são decorrentes do uso em condições específicas ou de relações metafóricas ou metonímicas⁶.

Quanto à análise interna e, em conformidade com o que foi exposto no início deste artigo, a abordagem funcionalista prioriza uma interdependência entre os níveis da língua, dando especial atenção ao componente pragmático-textual.

No que concerne aos principais representantes do Funcionalismo Clássico, é plausível citar os membros da Escola de Praga (como Bühler, Jakobson e Martinet), a Escola de Londre e Halliday. No âmbito das abordagens funcionalistas, vale colocar em evidência os nomes de Givón, Traugott, Heine e Bybee. No Brasil, destacam-se, entre outros, os trabalhos de Ataliba Castilho, Sebastião Votre, A. Naro e Edair Gorski.

⁵ O princípio da gramaticalização remonta a Meillet (1965-1912) e foi reatualizado, sobretudo, a partir da década de 1970. De forma geral, o conceito se aplica ao entendimento funcionalista de que a gramática emerge do uso. Nesse sentido, o termo reporta à idéia de que uma estrutura lexical passa, em contextos específicos, a assumir uma função gramatical ou um item já gramatical passa a assumir uma função ainda mais gramatical. Logo, é um processo dinâmico, unidirecional e diacrônico.

⁶ Diz-se que há um processo metonímico quando uma entidade *x* é usada no lugar *X*, conjunto de elementos de domínio comum. Logo, quando classicamente a metonímia é definida em função de um efeito que é tomado pela causa, uma parte pelo todo, autor por obra e tantas outras correntemente respaldadas nas enciclopédias escolares, ocorre um deslocamento de uma entidade para se referir a uma outra de mesmo domínio. Dessa forma, enquanto a metáfora fundamenta-se numa relação icônica, considerada aqui a semelhança entre as entidades colocadas em correspondência, a metonímia fundamenta-se em uma relação de base indicial entre a entidade representante e o domínio representado.

Conclusões

Diante das observações expostas, vale reafirmar a concepção de que o Formalismo, nas suas mais representativas abordagens gramaticais, endossa uma perspectiva que gera explicações a partir de sua própria estrutura, enquanto o Funcionalismo tem suas bases explanatórias firmadas na consideração de que há uma motivação funcional nas unidades estruturais da língua.

Independentemente dessa discussão, é imperativo ressaltar, aqui, as palavras de Halliday (1985), para quem o Formalismo e o Funcionalismo se ligam à própria natureza da linguagem e à raiz do pensamento ocidental.

Nesse sentido, a adoção de uma ou outra (ou de uma e outra) depende do tipo de análise que se pretende realizar. Para Leech (apud NEVES, 1997), a opção por uma ou outra é tola, no sentido de que ou nega que a linguagem é um fenômeno psicológico, ou nega que é social. Assim, melhor reconhecer a importância de seus estudos e deixar que a análise lingüística determine o tipo de abordagem a ser desenvolvida, seja opondo-as, seja unindo-as com um objeto específico.

Referências Bibliográficas

BORGES NETO, José. “Formalismo vs Funcionalismo nos estudos lingüísticos”. In: *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

_____. “Reflexões preliminares sobre o estruturalismo em lingüística”. In: *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEZATTI, Erotilde Goreti. “O funcionalismo em lingüística”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e lingüística*. (Tradução de Rodolfo Ilari; revisão técnica de Ingedore V. Koch e Thaís Cristóforo Silva). São Paulo: Contexto, 2004.

VASCONCELLOS, Zinda Maria de. “O que é gramática”. In: CHIAVEGATTO, Valéria Coelho (org.). *Pistas e travessias II: bases para o estudo da gramática, da cognição e da interação*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.